

PROPOSTAS E
RECOMENDAÇÕES DE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Amazonas



**PROPOSTAS E
RECOMENDAÇÕES DE**

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Amazonas



Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
Propostas e Recomendações de Políticas Públicas de Turismo – Amazonas

Presidente: José Roberto Tadros

Vice-presidentes: 1º – Francisco Valdecir de Sousa Cavalcante, 2º – Luiz Carlos Bohn, 3º – Lázaro Luiz Gonzaga. Abram Abe Szajman, Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, Eliezer Viterbino da Silva, José Arteiro da Silva, José Lino Sepulcri, José Marconi Medeiros de Souza e Raniery Araújo Coelho

Vice-presidente Administrativo: Marcelo Fernandes de Queiroz (em exercício)

Vice-presidente Financeiro: Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores: Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Aldo Carlos de Moura Gonçalves, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Carlos de Souza Andrade, Hermes Martins da Cunha, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, Jeferson Furlan Nazario, José Wenceslau Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Cavalcante Filizola, Nilo Ítalo Zampieri Júnior, Rubens Torres Medrano e Sebastião de Oliveira Campos

Diretor Administrativo: Antonio Florencio de Queiroz Junior

Diretores Financeiros: 1º – Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues, 2º – Ademir dos Santos

Conselho Fiscal: Domingos Tavares de Sousa, Lélvio Vieira Carneiro e Valdemir Alves do Nascimento

Gabinete da Presidência: Elienai Tavares Câmara (interino)

Secretaria-Geral: Simone de Souza Guimarães

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur): Alexandre Sampaio de Abreu

Equipe Técnica: Ana Paula Siqueira, Débora Dutra, Marcia Alves, Regina Cardoso e Vanessa Paganelli

Coordenação no Estado: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM)

Responsáveis Técnicos: Andriele Costa e Paulo Tadros

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)

Facilitadores: Adriana Cardoso de Lima, Ana Beatriz Braga, Fabio Wagner, Janaína Sobral, João Henrique de Freitas Alves, José Fabricio Torres Viana, Laureдите Silva Trindade Santana, Lucimar Mota, Marcia Alves, Melina Dias Bufete, Renata Rubik Maestri e Zenaide Margon

Curadoria: Strategia Consultoria Turística – GKS Inteligência Territorial

Responsáveis técnicos: Cássio Garkalns, Gleice Regina Guerra, Marta Poggi e Thais Spiezzzi Rinaldi

Especialistas: Aline Alves Silva, Ana Cláudia Machado, André Sá, Bianca Colepicolo, Fernanda Hummel, Luciano Meneghetti, Mariana Aldrigui, Paula Valle e Sylvio Campos

Apoio técnico: Bruna Marques, Gabriel Tonin e Gustavo Silva

Apoio administrativo: Elisa Lara

Capa e Diagramação: Ana Carolina Silveira

Revisão: Denise Scofano

CNC - Rio de Janeiro

Av. General Justo, 307

CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília

SBN Quadra 1 Bl. B - nº 14

CEP 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br

C748

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Propostas e Recomendações de Políticas Públicas de Turismo – Amazonas / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2022.

28 p. : il. Color.; 27 cm.

1. Turismo. 2. Política Pública. 3. Amazonas. I. Título.

CDD 338.4791

Bibliotecário responsável: José Walter Silveira dos Santos – CRB-7: 6496

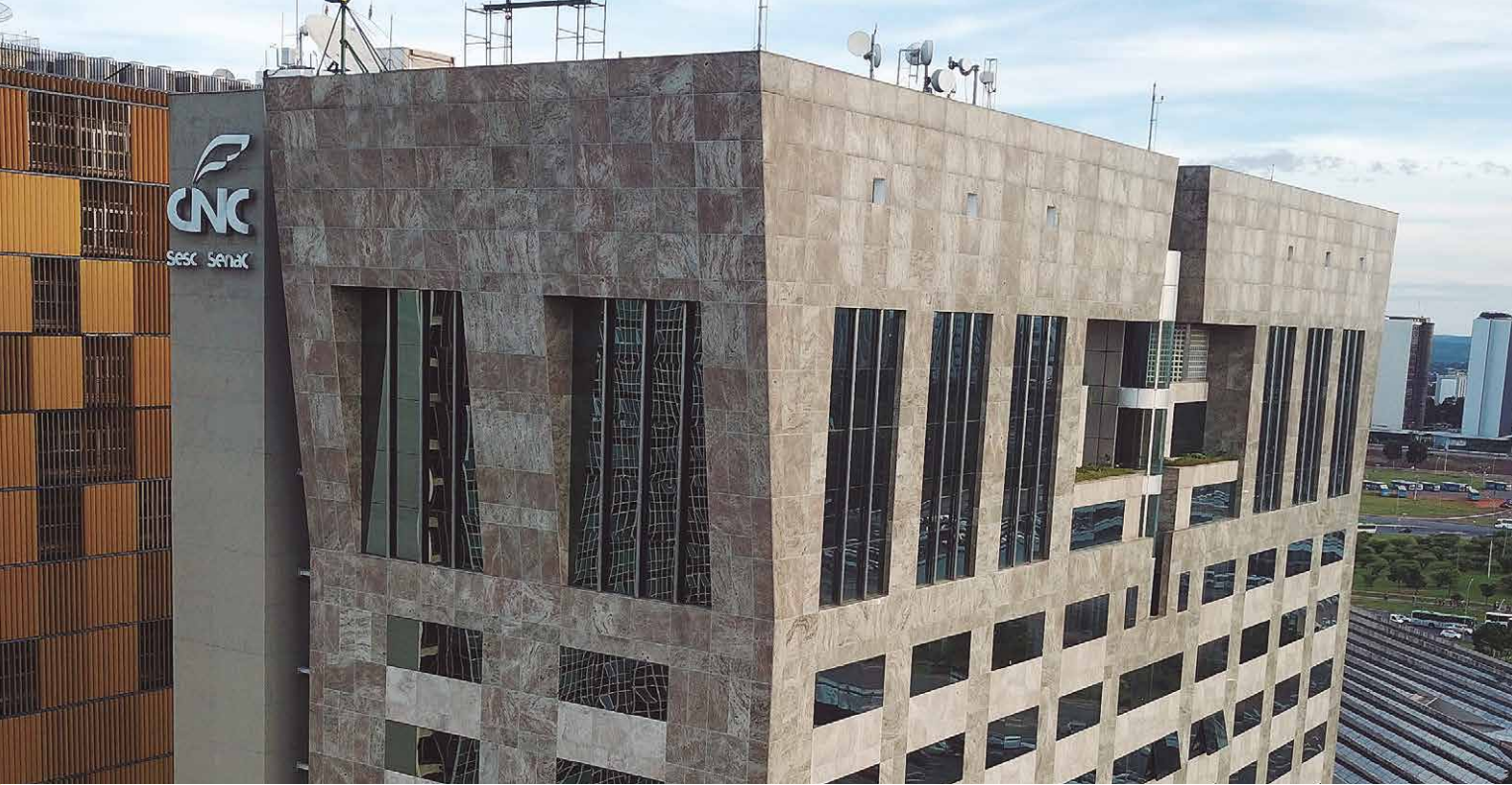
Sumário

Sistema CNC-Sesc-Senac	4
Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur)	6
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio)	7
Entidades nacionais parceiras	8
 Turismo como vetor de desenvolvimento socioeconômico	 10
 Recomendações para o governo	 14
Estratégias no Amazonas	15
Políticas públicas e ações prioritárias de curto prazo	15
Macroestratégias nacionais	19
 Vai Turismo	 20
Propostas integradas	25
Instituições conectadas	25
Políticas públicas	26
Desenvolvimento sustentável	26
Destinos turísticos	27
Entidades parceiras	28



Sistema CNC-Sesc-Senac





A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) é do tamanho do Brasil. Os setores por ela representados são o principal motor da economia brasileira, respondendo por cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, gerando emprego, renda e constante desenvolvimento socioeconômico.

As empresas integrantes desses setores estão organizadas em sindicatos de atividades afins, em cada base territorial. Os sindicatos se organizam em federações, todas representadas institucionalmente pela CNC.

A ampla representatividade da Confederação vem dessa união de sete federações nacionais, 27 federações estaduais e 1.036 sindicatos. São entidades que espelham a força, a diversidade e o dinamismo das mais de 4,79 milhões de empresas do comércio de bens, serviços e turismo que geram mais de 22,2 milhões de empregos diretos e formais.

Essa estrutura de representação empresarial administra um dos maiores sistemas de desenvolvimento social do mundo. São sete gerações de brasileiros atendidos pelo Ser-

viço Social do Comércio (Sesc) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), um sistema que valoriza os trabalhadores e suas famílias, proporcionando desenvolvimento social para milhões de brasileiros a cada ano, com benefícios em educação, capacitação profissional, saúde, cultura, assistência e lazer.

A contribuição da CNC para o desenvolvimento do turismo se funde com a própria evolução do setor no Brasil. As propostas contidas nos estudos e nos documentos elaborados pela Confederação, em conjunto com representantes da cadeia produtiva do setor, ajudaram a pautar políticas essenciais ao desenvolvimento da atividade no País.

A CNC entende que o setor de serviços, em especial o de turismo, além de ser o maior gerador de empregos do País, é um segmento que absorve trabalhadores com diferentes níveis de qualificação. E, apesar de ter um imenso potencial, o turismo ainda não faz parte da agenda de muitos governos estaduais e municipais, e não há continuação de políticas públicas que incentivem o crescimento do setor.

Para colaborar e avançar com soluções que impulsionem as atividades turísticas, a Confederação, por meio do seu Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur), com a parceria das associações empresariais representativas da cadeia produtiva e das Federações do Comércio estaduais (Fecomércios), iniciou em 2021 uma mobilização, reunindo pessoas e instituições, em todos os Estados e no Distrito Federal, para debater as necessidades e apresentar estratégias, recomendações e propostas de políticas públicas mais consistentes para o desenvolvimento sustentável do setor. Uma agenda única, construída de forma participativa pelos principais atores do

turismo nacional e composta pelas demandas prioritárias para aumentar a competitividade e sustentabilidade do turismo em cada uma das regiões brasileiras.

O turismo pode ajudar a criar ainda mais empregos no País, promover melhorias sociais e econômicas e proteger o meio ambiente. O empresário do turismo também quer um desenvolvimento mais sustentável, com políticas públicas efetivas e estruturantes que possam aumentar a competitividade e consolidar o setor. Nossa missão é estimular o debate, convergir ações e contribuir com soluções práticas e aplicáveis, sempre olhando para o futuro.

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur)

O Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) é um órgão da CNC que reúne os conselhos e câmaras das Federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e associações empresariais da cadeia produtiva do turismo e promove o debate de temas relacionados ao setor, formulando propostas que contribuam para solucionar questões relevantes da atividade.



Criado em 10 de agosto de 1955, o Conselho trabalhou ativamente para a institucionalização do turismo, sendo um agente indutor do desenvolvimento desse setor econômico com enorme potencial de crescimento e intensivo em mão de obra. Ao ter em sua base as principais associações empresariais do turismo brasileiro e trabalhar de forma integrada com as

representações regionais das Federações do Comércio em todo o País, o Conselho da CNC está na linha de frente para que as demandas e propostas aqui apresentadas possam impulsionar o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro.



Sistema Comércio



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio)

O Vai Turismo, grande consulta pública que envolveu diferentes atores do *trade* turístico, foi capitaneada pelas Federações do Comércio em todos os Estados e no Distrito Federal, além da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA). O Sistema Comércio possibilitou a conexão com instituições, especialistas e profissionais, formando uma rede com representantes de diversos segmentos para debater as necessidades e pensar conjuntamente em oportunidades, propostas e recomendações aplicáveis e que possam efetivamente promover o desenvolvimento sustentável do setor.

O projeto realizou um estudo das melhores práticas dos destinos turísticos internacionais e pesquisas de percepção por unidade federativa, além de diagnósticos da situação do turismo em cada estado, para propor avanços e melhorias, com base nos cinco pilares da metodologia de Destinos Turísticos Inteligentes: governança, tecnologia, inovação, sustentabilidade e acessibilidade. Com base nesse trabalho, foram identificadas as necessidades, oportunidades e pontos críticos em cada unidade federativa e região e propostas diretrizes e ações adequadas para realização em um prazo de quatro anos, mas com visão de longo prazo, uma vez que as recomendações são estruturantes.

Entidades nacionais parceiras

As mais representativas entidades nacionais dos diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo foram peças fundamentais para o desenvolvimento e a execução do projeto.

Foram

+ de 300
instituições envolvidas

e cerca de
1.800 participações
de profissionais.

Todos trabalhando com o mesmo objetivo: fazer o turismo avançar, de forma sustentável e continuada, fortalecendo a importância econômica do setor para toda a sociedade.

AGÊNCIAS DE VIAGENS

Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav Nacional)

Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp)

Associação Latino-Americana de Gestores de Eventos e Viagens Corporativas (Alagev)

Federação Nacional de Turismo (Fenactur)

PROMOTORES E EMPRESAS DE EVENTOS

Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abeoc Brasil)

Associação Brasileira de Promotores de Eventos (Abrape)

União Brasileira dos Promotores de Feiras (Ubrafe)

MEIOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih Nacional)

Associação Brasileira de Resorts (Resorts Brasil)

Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel Nacional)

Associação Nacional de Bares e Restaurantes (ANR)

Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA)

Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB)

OPERADORAS DE VIAGENS

Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa)

PARQUES TEMÁTICOS

Sistema Integrado de Parques Temáticos e Atrações Turísticas do Brasil (Sindepat)

TRANSPORTE AÉREO

Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear)

TRANSPORTE MARÍTIMO

Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil)

TRANSPORTE TERRESTRE

Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos e Culturais (ABOTTC)

Associação Nacional dos Transportadores de Turismo e Fretamento (Anttur)

Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla)

ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA

Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta)

TURISMO SOCIAL

Associação Brasileira de Turismo Social (Abrastur)

TURISMO DE LUXO

Brazilian Luxury Travel Association (BLTA)

TURISMO RECEPTIVO

Associação Brasileira de Turismo Receptivo Internacional (Bito)

Associação Brasileira de Turismo Receptivo (Recept Brasil)

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)

GESTÃO E PROMOÇÃO DE DESTINOS

Associação de Marketing Promocional (Ampro)

Brasil Convention & Visitors Bureau

União Nacional dos CVBs e Entidades de Destinos (Unedestinos)



Turismo como vetor de desenvolvimento socioeconômico



Há muitos anos ouvimos falar do **potencial turístico** do Brasil, e mesmo com toda a diversidade natural e cultural, nosso país ainda está longe de ocupar uma posição relevante nesse aspecto, uma atividade que pode acelerar a recuperação e consolidar as diferentes vocações profissionais de nossa população.

Inicialmente, é preciso considerar que falamos pouco sobre o **alcance socioeconômico do turismo**. Ao limitarmos a abordagem apenas às viagens de lazer, restringimos a compreensão das muitas dimensões que o setor turístico representa para a economia nacional.

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês) indica que, no processo de consolidação da retomada, o setor passará a representar **11,3% da economia global**, movimentando ao menos US\$ 14,6 trilhões ao longo dos próximos dez anos (2022-2032).

O crescimento das viagens se dará em ritmo de **5,8% ao ano**, enquanto a economia global crescerá mais lentamente (2,7% aa). Isso implica **expansão de empregos**, estimados para 126 milhões em uma década: um em cada oito empregos criados ou recriados terá relação com turismo.

Apesar de integrarem o conjunto de atividades econômicas mais impactadas pela crise sanitária deflagrada pelo novo coronavírus em escala global, no Brasil, o **ritmo de regeneração** dos serviços turísticos tem se destacado diante dos demais setores da economia.

Do ponto de vista do emprego, levantamento recente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) atestou que, dos vinte municípios brasileiros com maior geração relativa de vagas nos últimos 20 meses, quinze são polos turísticos tradicionais.

Dado o ritmo de reaquecimento das atividades turísticas, a própria CNC estima que o setor alcançará o nível de geração de receitas observado às vésperas da pandemia já no terceiro trimestre de 2022.

Mesmo sendo um país continental, e com um dos maiores mercados domésticos de turismo do mundo (ao menos **30 milhões de brasileiros conseguem viajar com frequência**), os números do Brasil estão **abaixo de países com condições econômicas equivalentes**. Os empregos diretos e indiretos no setor chegam a quase 10% do total, quando **poderiam estar entre 13% e 15%**, e sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) poderia saltar dos atuais 5% para mais de 9%.

Imagem: Mário Oliveira - MTur



Considerar o turismo como uma das atividades estratégicas nacionais e estaduais pode garantir, por exemplo:

Criação e ampliação de oportunidades com base na **melhoria de infraestrutura** de turismo, especialmente ligadas a atração de investimento externo, realização de eventos e reuniões, visitas técnicas para estabelecimento de parcerias agroindustriais, comerciais e de serviços, e viagens de negócios;



Geração de empregos e de renda em diversos níveis de qualificação, com **impacto social imediato** especialmente nos grupos de mulheres e jovens;

Ativação de mais de 500 setores da economia, por meio da circulação de pessoas e dos gastos realizados nos destinos;





Estímulo à **conservação e recuperação de paisagens naturais**, garantindo a atratividade e a valorização da experiência do turista;

Divulgação consistente dos diferentes destinos por meio de engajamento orgânico em mídias sociais, com desdobramento na produção de conteúdo e estabelecimento de parcerias no setor de entretenimento e mídia.



Ao investir na modernização do turismo brasileiro, da infraestrutura à legislação, apresentaremos ao mundo o compromisso com o **desenvolvimento de cidades inteligentes, sustentáveis** e capazes de garantir **qualidade de vida** a seus moradores e visitantes.

Com isso, seremos capazes de convidar mais pessoas para conhecerem as reais possibilidades de investimento no Brasil – da produção sustentável de alimentos à conservação da biodiversidade, da diversificação de nossa base industrial às capitais de inovação e criatividade.

Empresários do setor já se provaram fortemente comprometidos com o País – combinando resiliência e disposição para superar crises e encontrar soluções, mesmo diante dos maiores desafios. E conseguiram, como ficou demonstrado ao longo dos últimos dois anos.

Elegendo o **turismo como estratégia de desenvolvimento**, vinculando-o às vocações econômicas de cada cidade, daremos um passo consciente e responsável, inclusivo e sustentável, com resultados claros e perceptíveis por toda a população.



Recomendações para o governo



Estratégias no Amazonas

- Retomada da Zona Franca Comercial de Manaus para a geração de emprego e renda.
- Cadeia produtiva regional do turismo viabilizada economicamente por políticas que estimulem a economia e fomentem arranjos produtivos, visando a um ambiente de negócios desburocratizado e com incentivo ao crédito.
- Dados, informações e conhecimentos produzidos e disponibilizados para melhorar a gestão do turismo e a experiência do turista.
- Plataformas de diálogo com o *trade* para inovar a oferta de produtos e serviços turísticos no Estado e apoiar a comercialização turística.
- Marca Amazonas desenvolvida.
- Segurança como fator indutor do turismo.
- Capacitação e qualificação profissional envolvendo a população local, *trade* turístico e gestores públicos para aprimorar os serviços.
- Incentivos tributários para modernização e manutenção de embarcações e aeronaves, locais, nacionais e internacionais.
- Infraestrutura para acesso aos principais destinos turísticos do Estado, melhorada e ampliada pela articulação com órgãos regulamentadores, iniciativa privada e gestão pública.

Políticas públicas e ações prioritárias de curto prazo

Amazonas

Governança

Recomendação

Elaborar projeto de lei que contribua com um ambiente de negócios desburocratizado, inovador, colaborativo, com segurança jurídica, para estimular investimentos e boas práticas no setor turístico. Compreende, por exemplo: promoção de regulamentação fundiária; revisão de impostos e taxas (como ICMS sobre energia e repasse de recursos para a FIT); “repovoamento” do Centro de Manaus e, ainda, criação de GT de Fronteira (envolvendo o executivo e o legislativo).



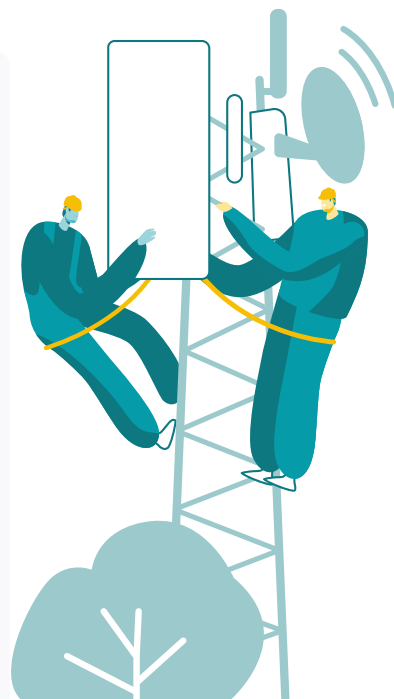
Tecnologia

Recomendações

Estabelecer diálogo e/ou buscar possibilidades regulamentares para que as empresas de telecomunicações melhorem a cobertura e a qualidade dos sistemas de comunicação, em especial de internet, universalizando o serviço de *wi-fi* em atrativos e equipamentos turísticos públicos.

Investir em plataforma digital que concentre dados do setor de turismo, atualizada periodicamente, acessível a todos, com ênfase para *trade* turístico, poder público e instâncias de governança, oferecendo informações – como visitação a atrativos, taxa de ocupação nos meios de hospedagem, projetos em andamento e impostos gerados por turismo – e serviços – como solicitações de autorizações para eventos.

Disponibilizar e/ou aprimorar website oficial de turismo do Estado que reúna informações sobre os destinos, incluindo atrativos, acessos, eventos, roteiros, experiências e outros serviços importantes, de forma a promover o turismo, além de facilitar o planejamento da viagem por parte dos consumidores. Compreende, por exemplo: calendário turístico estadual; versão compactada do Festival Folclórico de Parintins em Manaus; reedição do Brasil Air Pass nos âmbitos regional e nacional; promoção de feiras internacionais (como pesca esportiva, entre outras).



Inovação

Recomendação

Incentivar a qualificação, a capacitação profissional e a formação contínua para a população local, *trade* turístico e gestores públicos.



Sustentabilidade

Recomendações

Desenvolver políticas que estimulem a economia criativa, solidária e colaborativa, o associativismo e o cooperativismo, fomentando arranjos produtivos e tornando a cadeia produtiva do turismo economicamente sustentável. Compreende, por exemplo: criação de equipamentos, atrativos e roteiros turísticos, fortalecimento de atrativos (tais como: Cadeia Pública, Museu do Homem do Norte, Museu do Porto); retomada da Feira Internacional da Amazônia (FIEAM), com edições anuais.

Estimular a contratação formal de mão de obra qualificada e local, para geração de trabalho e renda para a população receptora, por meio de benefícios a empresas. Compreende, por exemplo: criação de central de manutenção para aeronaves e navios, utilizando os benefícios concedidos pelo Decreto nº 288.

Retomar a Zona Franca comercial de importados, para atração de turistas de compras.



Acesso e acessibilidade

Recomendações

Criar projetos que favoreçam a inserção de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho, no setor de turismo.

Articular, com os órgãos regulamentadores do setor aéreo e com o setor privado, a ampliação da malha aérea para os principais destinos. Compreende, por exemplo: reforço do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, como *hub* da Região Norte do Brasil, bem como incentivos fiscais para companhias aéreas que operam dele ou para ele; criação de segunda pista no aeroporto e possibilidade de disponibilização do aeroporto Ponta Pelada como alternativa de tráfego aéreo, evitando o deslocamento para outros estados.

Gerar investimentos na estrutura de portos e terminais fluviais e/ou marítimos, visando melhorias na estrutura de serviços, além da implantação de novos equipamentos que facilitem a operação de cruzeiros e outras embarcações.





Estruturar projeto de sinalização turística nos principais destinos do Estado, com recursos municipais, estaduais e/ou federais.

Continuação

Reestruturar e revitalizar o porto e a rodoviária de Manaus, integrando-os.

Melhorar as estradas de acesso do interior do Estado e as interestaduais.

Região Norte



Nota: Necessidades que ao menos quatro estados indicaram.

Governança

Incentivar e facilitar acesso às linhas de crédito, com incentivos específicos para o *trade* turístico e revisão tributária, visando contribuir para o desenvolvimento da atividade, geração de renda, empregos e impostos.

Estruturar o sistema de gestão de turismo, promovendo a descentralização, a participação de instâncias de governança regionais, a integração entre esferas e a interface entre pastas estaduais.

Inovação

Capacitar e profissionalizar a população local para atuar em atividades características do turismo (ACT) e qualificar empresários do setor em temas de gestão.

Promover o turismo do Estado, com ênfase em plataformas digitais, visando posicionar a marca estadual de turismo e sua presença no ambiente digital, fortalecendo a imagem acordada entre população, *trade* turístico e gestão pública.

Pautar a gestão do turismo em leis, políticas e planos de desenvolvimento, estruturação, promoção e comercialização, atuais e duradouros, alinhados aos anseios da população, *trade* turístico e gestão pública.

Estabelecer espaços para diálogo e parcerias entre poder público, *trade* turístico, academia e população, fortalecendo os laços, aumentando a compreensão por todos de demandas específicas e promovendo o desenvolvimento de projetos e ações.





Fomentar o aprimoramento da oferta turística já existente, de modo a atender às novas demandas dos turistas.

Incentivar a formatação de novos produtos, serviços e roteiros turísticos com o intuito de ampliar e modernizar a oferta turística nos Estados.

Macroestratégias nacionais

Investimentos convergentes

A plena condução da atividade turística depende do alinhamento de diversos ministérios e agências federais, considerando que o desenvolvimento de destinos turísticos sustentáveis requer investimentos em diversas áreas.

Inteligência

Um sistema nacional de indicadores de turismo bem estruturado é essencial para o planejamento, gestão e monitoramento da atividade.

Incentivo

A garantia de sobrevivência e crescimento de empresas da cadeia produtiva do turismo e o incentivo a novos investimentos privados no setor precisam ser contemplados, dados os grandes impactos que o turismo sofreu com a pandemia de Covid-19.

Oferta qualificada

A oferta do turismo pressupõe qualidade em toda a sua cadeia de produtos e serviços, independentemente do segmento ou região, desde a sua concepção e execução até a divulgação ao mercado.

Governança

Políticas, programas e projetos federais específicos de turismo devem ser de responsabilidade de uma pasta exclusiva, com recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais adequados; processos operacionais e de gestão ágeis; estratégias, objetivos e metas formalizados, pactuados e divulgados; responsabilidades e escopo de atuação claros e integrados entre si e com demais esferas de governança do turismo. Dessa forma, é possível estimular a inovação permanente no setor e contribuir significativamente com o desenvolvimento sustentável.



Vai Turismo





Valorizar, apoiar e impulsionar os destinos e produtos turísticos brasileiros, por meio de uma grande articulação, nos estados e nacionalmente, entre atores e instituições para construir uma agenda integrada com demandas e propostas do turismo. Esse é o objetivo do projeto Vai Turismo: Rumo ao Futuro, uma iniciativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que contou com a adesão e apoio de entidades nacionais e estaduais dos principais segmentos que compõem o turismo.



Acesse aqui
a lista das
instituições
participantes.



+ de 6 mil visualizações

no webinar de
lançamento do projeto
Vai Turismo no YouTube,

com

1.411 inscritos

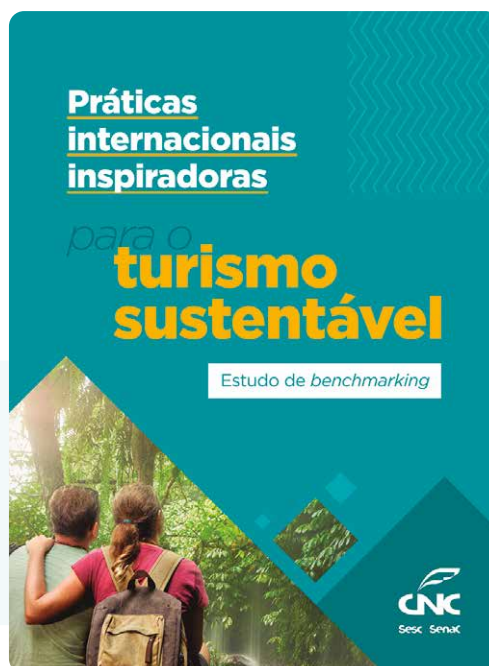
e mais de
700 participantes
em tempo real.

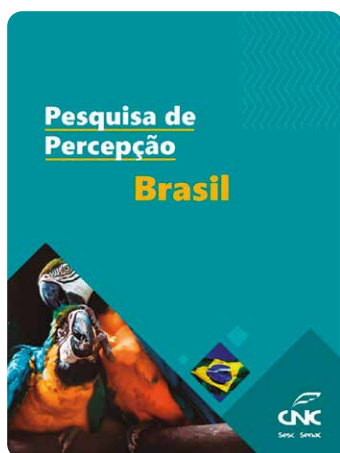


Acesse aqui
as palestras
do webinar.

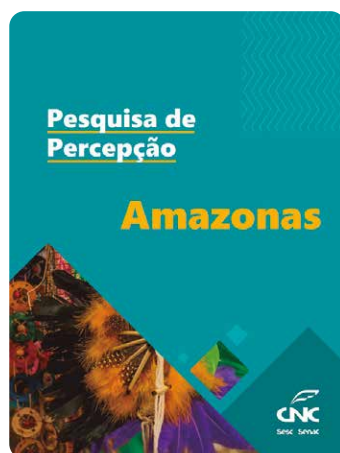
Como um movimento nacional participativo – formado por organizações, profissionais, especialistas e empresários de todo o País, que se uniram para contribuir com recomendações e propostas que impulsionem o setor de turismo e que estimulem o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos brasileiros, principalmente após o impacto da pandemia –, o Vai Turismo produziu documentos técnicos para apoiar as discussões estaduais e nacional.

1 estudo de
benchmarking
realizado com
práticas internacionais
inspiradoras para o
turismo sustentável





Pesquisa de percepção realizada com + de 500 questionários respondidos



Pesquisa de percepção – Estado do Amazonas

27 diagnósticos do turismo nos estados com base nos 5 pilares de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI)

FICHA DIAGNÓSTICA
Brasil.



FICHA DIAGNÓSTICA
Estado do Amazonas



Notas metodológicas



Foram mais de **100 encontros e oficinas virtuais com atores da cadeia produtiva do turismo**, totalizando **1.831 participantes nos eventos nos estados brasileiros e no Distrito Federal**, considerando as características regionais, que deram embasamento a uma agenda nacional de diretrizes, macroestratégias e políticas públicas que foram alinhadas e validadas pelas entidades dos principais segmentos da cadeia produtiva do turismo nacional. Nos estados, foram realizados **54 encontros de alinhamento técnico abordando temas sobre políticas públicas e sobre atratividade estadual e o papel do empresariado na governança estadual do turismo e 54 oficinas de trabalho para elaboração de políticas públicas**.



Acesse aqui as palestras dos encontros de alinhamento técnico.

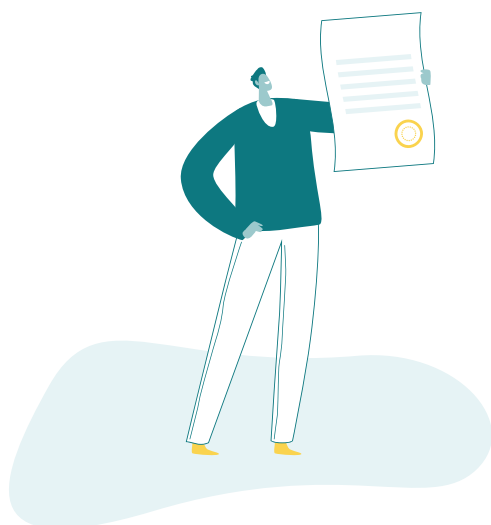
O escopo do Vai Turismo foi definido para contemplar o prazo de um mandato do poder executivo, quatro anos, especificamente de 2023 a 2026.

O desafio de um projeto como esse, de caráter predominantemente participativo e de abrangência nacional, está na diversidade de realidades encontradas. Diferenças nos níveis de desenvolvimento da atividade turística, na definição de prioridades, na compreensão dos papéis dos setores públicos e privados, entre inúmeras outras variáveis, geram realidades e percepções distintas nos *stakeholders*, mesmo se a unidade territorial for restringida a uma UF; por exemplo, participantes de regiões diferentes de um mesmo estado podem ter prioridades de investimento ou de comercialização de destinos turísticos distintas. Nesse sentido, desde a etapa de desenvolvimento do plano de trabalho para o projeto, foi primordial definir os conceitos norteadores e delimitadores do trabalho.

A mensagem-chave, capaz de contemplar os principais aspectos técnico-metodológicos envolvidos, definiu o Vai Turismo como:

Uma oportunidade de **integrar propostas e conectar instituições para recomendar políticas públicas** que estimulem o **desenvolvimento sustentável de destinos turísticos brasileiros**.

São, portanto, cinco elementos que conformaram o Vai Turismo, desenhando-o e moldando-o de acordo com os aprendizados ao longo de mais de 15 meses de execução: propostas integradas, instituições conectadas, políticas públicas em foco, desenvolvimento sustentável como premissa e destinos turísticos nacionais como alvo.



Propostas integradas

Não faltam propostas no setor turístico: o Vai Turismo teve a pretensão de reuni-las e integrá-las, oferecendo um espaço para a convergência. A articulação e a participação também são oportunidades de aprendizado, de escuta e de manifestação, caracterizando um exercício preparatório para outros futuros trabalhos do setor.

Instituições conectadas

A proposta do Vai Turismo incluiu a ampliação da discussão sobre a atividade para além da própria CNC. Além de câmaras e conselhos de turismo estaduais das federações associadas à CNC e entidades representativas de empresas de comércio de bens e serviços de setores variados da economia do turismo – como 1) comercialização (agências de viagens e operadoras de turismo), 2) transportes turísticos (aéreo, terrestre e marítimo), 3) equipamentos (meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentação, espaços para eventos e parques temáticos), 4) qualificação profissional, 5) gestão de destinos e 6) atrativos turísticos –, o projeto buscou atrair para as discussões:



órgãos da administração pública direta e indireta;

instâncias participativas direta ou indiretamente relacionadas ao turismo (p. ex., conselhos estaduais de turismo, conselhos de cultura, desenvolvimento, esportes etc.);

instituições de ensino e pesquisa;

terceiro setor, organizações da sociedade civil.

Políticas públicas

O foco em levantar, discutir e indicar políticas públicas consistentes que sejam necessárias para estimular o desenvolvimento do turismo sustentável nas UF e no Brasil é coerente com o produto final esperado do Vai Turismo: recomendações para candidatos ao poder executivo a mandatos estaduais e federal de 2023 a 2026.



Políticas públicas são entendidas, nesse documento, como um conjunto de ações realizadas por órgãos públicos para a administração da atividade no território. O principal objetivo da gestão pública é o de fomentar e desenvolver a atividade turística de modo responsável, a fim de mitigar ou eliminar os problemas que ela possa gerar, com a perspectiva coletiva. As políticas públicas podem se expressar por um conjunto de leis, regulamentos, normas e outros documentos formais para diretrizes, objetivos, estratégias e planos de desenvolvimento. No caso do turismo, podem referir-se a estímulo e promoção, planejamento, garantia, coordenação, monitoramento, avaliação e harmonização entre as realizações do poder público e do setor privado. Para esse trabalho, o formato jurídico ou burocrático com o qual, futuramente, as políticas públicas serão formalizadas cede relevância a seu conteúdo.

Desenvolvimento sustentável



Para que as propostas tivessem o caráter sustentável no tempo desejável, as recomendações para os mandatos de 2023 a 2026 precisavam ter, como pano de fundo, estratégias de longo prazo. O Vai Turismo não só buscou conectar as necessidades mais urgentes com vocações permanentes como também procurou alinhar estratégias estaduais com as regionais e as nacionais.

Ainda que, nesse projeto, os resultados não sejam, algumas vezes, ideais, considera-se que um longo caminho foi percorrido para que o turismo passe a conciliar suas demandas imediatas com aspectos importantes de desenvolvimento no longo prazo.

Destinos turísticos

A abordagem de destinos turísticos foi importante para que o foco do Vai Turismo recaísse sobre a oferta turística como um todo, e não sobre segmentos turísticos específicos (hospedagem, alimentação, atrativos, transporte, agenciamento, eventos e outros). Apesar de não ser possível eliminar as ênfases que participantes provenientes de um ou outro segmento tivessem, foi possível alcançar a compreensão de que os vieses deveriam operar, nas discussões, no sentido de privilegiar os destinos em sua totalidade, com o objetivo de tornar as localidades turísticas mais atraentes, em seus diversos aspectos.



Além disso, foi definido que a estrutura de trabalho seria inspirada nos fundamentos de Destino Turístico Inteligente (*smart destination*, DTI, como derivação de *smart cities*) – surgido na Catalunha, Espanha, em 2012) –, uma nova forma de pensar o desenvolvimento de destinos turísticos. Um DTI é definido pela Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas (SEGITTUR) como um destino inovador, que usa tecnologia de ponta, garante o desenvolvimento sustentável do território, promove a acessibilidade universal e facilita a interação e integração do visitante com o entorno, melhorando a experiência de viagem ao mesmo tempo que melhora a qualidade de vida dos residentes. A metodologia de DTI está baseada em cinco pilares, que contemplam os principais aspectos para o desenvolvimento turístico de qualquer localidade, bem como influenciam sua competitividade na atualidade: governança, tecnologia, inovação, sustentabilidade e acessibilidade.

Os resultados foram sistematizados em 27 documentos estaduais e um nacional com orientações e sugestões para a implementação de 2023 a 2026 para fazer frente aos desafios, considerado um planejamento estratégico para médio e longo prazos.

Para conhecer as pesquisas, diagnósticos, as propostas e recomendações de todos os estados, acesse:



Entidades parceiras



